

Uma contribuição ao País

-- 6 SET 1995

LÚCIO ALCÂNTARA)

JORNAL DE BRASÍLIA

Os problemas enfrentados pelo setor de saúde em nosso País são conhecidos. Exigem uma contribuição provisória de todos para minimizá-los. Atenuando um quadro que fala através de seus números.

O perfil epidemiológico brasileiro sofreu marcadas transformações nas últimas décadas pelo empobrecimento da população, o inchaço das periferias urbanas e a redução dos recursos de investimentos em saúde e saneamento. Levando a uma situação na qual, ao mesmo tempo em que aumentavam as necessidades de assistência, sucateavam-se os serviços que deveriam prestá-la.

Além do crescimento geométrico das causas externas de mortes — acidentes, violência e envenenamento — indicarem a necessidade de reorganizar o sistema de atenção à emergência e do patamar elevado de mortalidade infantil, as doenças cardiovasculares e as neoplasias correspondem, juntas, a 45% dos óbitos, implicando na aplicação de assistência tecnologicamente diferenciada. Além disso, constatamos o crescimento do número de casos de malária, principalmente na Amazônia, de dengue e de Aids — que afeta todos os segmentos da população. Preocupa-nos ainda a ma-

nutenção da endemia de cólera no Norte e Nordeste.

O número de internações disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde aumentou em 83,7% nos últimos 10 anos. O número dessas internações duplicou no Nordeste e triplicou na região Norte, somente nos últimos cinco anos. Paralelamente a isso em decorrência da incorporação de novas tecnologias e da inflação do setor — que os estudos demonstram superior à inflação real — o custo da assistência médica tem sofrido elevação constante, fenômeno universalmente conhecido.

Há que se acrescentar que o Brasil tem aplicado pouco em saúde. Países classificados pelo Banco Mundial na mesma faixa econômica em que se encontra o Brasil — como Grécia, Portugal, Uruguai e Argentina — gastam com saúde um percentual do PIB em torno de 4% e 8%, enquanto nossa média anual não passa de 2%. Os países mais desenvolvidos — como Inglaterra, Espanha e Canadá — chegam a gastar entre 6% a 12% do seu PIB.

Todos os dados aqui mencionados explicam, ao menos em parte, porque as condições de saúde do nosso povo estão como estão. E são bastante contundentes para que se

recorra ao gesto excepcional de instituir uma Contribuição sobre Movimentações Financeiras — proposta em torno de 0,25% — com recursos destinados a este setor, que teria assim um acréscimo estimado em cerca de 35% da sua receita, suficientes para iniciar uma luta de recuperação dos serviços de saúde, hoje, com 400 hospitais aguardando verbas para reformas, entre outras 1.300 obras paralisadas.

É fundamental esclarecer que um significativo esforço vem sendo feito pelo Ministério da Saúde para coibir fraudes e combater outras formas de desperdício no âmbito do sistema. Como relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, não pude deixar de levar em conta minha experiência como secretário do estado por três vezes e na presidência do Conselho Nacional desse segmento. Por todas essas razões, meu parecer é favorável a aprovação da CMF, em caráter provisório, até que se encontre soluções definitivas para impedir a desativação dos serviços públicos de assistência médica.

■ O senador *Lúcio Alcântara*, do PSDB do Ceará, é relator da proposta de criação da Contribuição de Movimentação Financeira (CMF).